



MUNICÍPIO DE PORTO MONIZ

Concurso de ajuste directo para:
"Aquisição de artigos de higiene e limpeza para o
Município de Porto Moniz - 2014"

Concurso: 6/2014



MUNICÍPIO DE PORTO MONIZ

Ofício Convite

Na sequência do assunto em epígrafe, convida-se V. Exas. a apresentar proposta para **“Aquisição de artigos de higiene e limpeza para o Município do Porto Moniz - 2014”**, de acordo com as seguintes cláusulas:

1. Objecto do fornecimento

1.1 O presente fornecimento tem por objecto garantir o fornecimento diverso de artigos de higiene e limpeza, de acordo com os seguintes lotes:

- **Lote 1** – Material de Limpeza
- **Lote 2** – Desinfectantes
- **Lote 3** – Detergentes
- **Lote 4** – Insecticidas
- **Lote 5** – Papel
- **Lote 6** – Sacos
- **Lote 7** – Luvas
- **Lote 8** – Hipoclorito de Sódio

1.2 Conforme o Regulamento (CE) n.º 213/2008 da Comissão, de 28 de Novembro de 2008, que altera o Regulamento (CE) n.º 2195/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo ao Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV), o procedimento insere-se nas seguintes categorias:

- **Lote 1** – Designação - CPV 39224000-8
- **Lote 2** – Designação - CPV 24455000-8
- **Lote 3** – Designação - CPV 39831200-8
- **Lote 4** – Designação - CPV 24452000-7
- **Lote 5** – Designação - CPV 33760000-5
- **Lote 6** – Designação - CPV 19640000-4
- **Lote 7** – Designação - CPV 18424000-7
- **Lote 8** – Designação - CPV 24312220-2

2. Identificação da Entidade Adjudicante

A Entidade Adjudicante é o Município de Porto Moniz, situada na Praça do Lyra, Vila, 9270-053 Porto Moniz, telefone 291850180, fax 291852998 e e-mail: geral@portomoniz.pt.

3. Decisão de Contratar



MUNICÍPIO DE PORTO MONIZ

A decisão de contratar o presente procedimento foi tomada pelo Presidente da Câmara Municipal, mediante despacho de 18 Março de 2014.

4. Fundamento

A escolha do presente procedimento por ajuste directo foi efectuada nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro.

5. Apresentação das Propostas

- 5.1. A plataforma electrónica utilizada pela entidade adjudicante é a AcinGov.
- 5.2. O acesso à plataforma electrónica AcinGov é gratuito. De forma a aceder à plataforma, os interessados deverão efectuar o seu registo no endereço electrónico <https://www.acingov.pt/acilivre/>
- 5.3. Para efectuar o registo deverão os interessados possuir um certificado digital qualificado (documento electrónico que possibilita comprovar a identidade de uma pessoa, para assegurar a troca electrónica de documentos, mensagens e dados).
- 5.4. No caso do interessado já ter procedido previamente ao registo na plataforma AcinGov, o n.º 2 e 3 não se aplica, necessitando apenas de introduzir o "Utilizador" e "Palavra-Passe" atribuídos.
- 5.5. A proposta e os documentos que a acompanham devem ser apresentados até às **23:59** horas do dia **5.º dia da publicação do presente convite**.
- 5.6. Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente apresentados na plataforma electrónica AcinGov, através de meio de transmissão escrita e electrónica de dados.
- 5.7. O interessado, no acto de submissão de proposta deverá possuir um certificado digital qualificado, de acordo com o artigo 27.º da Portaria n.º 701-G/2008, de 29 de Julho.
- 5.8. Quando, pela sua natureza, qualquer documento dos que constituem a proposta não possa ser apresentado nos termos do disposto no n.º 1, deve ser encerrado em invólucro opaco e fechado:
 - a) No rosto do qual se deve indicar a designação do procedimento e da entidade adjudicante;
 - b) Que deve ser entregue directamente ou enviado por correio registado à entidade adjudicante, devendo, em qualquer caso, a respectiva recepção ocorrer dentro do prazo fixado para a apresentação das propostas;
 - c) Cujas recepção será registada por referência à respectiva data e hora.

6. Documentos e Elementos da Proposta

- 6.1. A proposta deverá conter os seguintes elementos:



MUNICÍPIO DE PORTO MONIZ

a) **Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos** (modelo adaptado à Região Autónoma da Madeira, pelo Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M de 14 de Agosto), elaborada em conformidade com o modelo constante do **Anexo I** ao presente convite, do qual faz parte integrante.

b) Atributo da proposta:

b.1 Deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- Documento que contenha o **preço total máximo estimado**, de acordo com a minuta (modelo de proposta de preço) constante do **Anexo II**, do presente convite;

O preço máximo estimado deverá incluir todos os custos máximos estimados inerentes ao fornecimento em causa;

- Lista de **preços unitários**, de acordo com a minuta constante do **Anexo III**, do presente convite;

c) Documento que contenha os esclarecimentos justificativos da apresentação de um preço anormalmente baixo (caso aplicável);

d) Juntamente com a proposta, poderão ser apresentados outros documentos considerados indispensáveis que compreendam atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar.

6.2 Os preços constantes da proposta são indicados em algarismos e não incluem o IVA.

6.3 Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos.

6.4 Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.

6.5 A **declaração** referida na alínea a) do n.º 6.1 **deve ser assinada** pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar.

6.6 A não entrega de qualquer dos documentos, bem como a não inclusão de todos os elementos solicitados referidos neste artigo determinará a exclusão da proposta.

6.7 Em conformidade com n.º 2 do artigo 117.º do CPP, **não são admitidos agrupamentos.**

7. Documentos de Habilitação

7.1 Nos termos do artigo 81.º do CCP e artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, o adjudicatário, no prazo de 10 dias a contar da notificação da decisão de adjudicação, deverá apresentar cópia dos seguintes documentos de habilitação:

✓a) Declaração emitida conforme o modelo constante do **Anexo IV** do presente convite (de acordo com o Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto);

✓b) Certidão comprovativa de que a entidade se encontra com a situação regularizada relativamente a dívidas por impostos ao Estado Português e à Região Autónoma da Madeira;

✓c) Certidão comprovativa de que a entidade se encontra com a situação regularizada relativamente a dívidas por contribuições para a Segurança Social em Portugal;



MUNICÍPIO DE PORTO MONIZ

- ✓ d) Documento que comprove que **a firma e os titulares** dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência, não foram condenados por sentença transitada em julgado, ou, em caso afirmativo, se já ocorreu a sua reabilitação, por algum dos crimes previstos na alínea i) do artigo 55.º do CCP;
- ✓ e) **Declaração de rendimentos** (modelo 3 ou modelo 22, este último acompanhado do Anexo C, se for o caso) do último exercício económico disponível;
- ✓ f) Declaração de rendimentos e retenções de residentes (modelo n.º 10) do último exercício económico disponível;
- ✓ g) Anexo Q da informação empresarial simplificada (IES) do último exercício económico disponível.
- ✗ h) Declaração, sob compromisso de honra, assinada pelo adjudicatário ou por quem o obriga, referindo que não está legalmente obrigado ao cumprimento das obrigações declarativas relativas a rendimentos gerados no território da Região Autónoma da Madeira, conforme modelo constante do **Anexo V** do presente convite; (caso aplicável)

7.2 Quando o adjudicatário tenha apresentado o documento apresentado na alínea h) do 7.1 do convite, declarando que não preenche os pressupostos de incidência, previstos nos artigos 16.º, 17.º e 21.º da Lei das Finanças Regionais, aprovada pela Lei Orgânica n.º 1/2007, de 19 de fevereiro, não está obrigado a apresentar os documentos referidos nas alíneas e), f) e g) do referido 7.1.

7.3 O adjudicatário deverá ainda apresentar os seguintes documentos:

- ✓ a) Certidão do Registo Comercial da empresa ou Código de acesso à Certidão Permanente (consoante o caso);
- b) Caso seja exigível a redução do contrato a escrito, nos termos do artigo 95.º do CCP, a identificação completa (através de cópias do B.I. e do cartão de contribuinte e indicação de residência) da(s) pessoa(s) que assinará(ão) o contrato, com junção dos documentos que atribuem poderes para o efeito.

7.4 Os documentos de habilitação do adjudicatário devem ser redigidos em língua portuguesa.

7.5 Quando, pela sua própria natureza ou origem, o documento de habilitação estiver redigido em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-lo acompanhar de tradução devidamente legalizada.

7.6 Caso os documentos de habilitação apresentados apresentem irregularidades a entidade adjudicante fixará um prazo não superior a 15 (quinze) dias úteis para suprimimento das irregularidades detetadas.

8. Informação Necessária à Elaboração das Propostas

O concorrente, para elaboração da sua proposta, poderá deslocar-se e inteirar-se das efectivas especificidades dos diversos materiais a serem adquiridos, no Armazém Municipal, no Sítio das Portas da Vila, freguesia do Porto Moniz, de segunda a sexta-feira entre as 9:00 e 12:00 e as 13:00 e 16:00 horas.

9. Caução para Garantir o Cumprimento das Obrigações

Não é exigível a prestação de caução, nos termos do n.º 2 do artigo 88.º do CCP.



MUNICÍPIO DE PORTO MONIZ

10. Critério de Adjudicação

1 - O critério de adjudicação é o do mais baixo preço, por lote.

2 – Em caso de empate será ordenada em primeiro lugar a proposta, por lote, que primeiramente tiver sido apresentada a concurso, de acordo com o registo temporal da plataforma eletrónica.

11. Negociação

As propostas apresentadas não serão objecto de negociação.

12. Preço anormalmente baixo

Considera-se que o preço total resultante de uma proposta é anormalmente baixo quando o mesmo seja 50 % ou mais inferior ao preço base definido na Cláusula 2.ª do Caderno de Encargos.

13. Esclarecimentos

Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento são da competência do Presidente do Júri.

Nota:

A inclusão na proposta de termos ou condições desconformes com o estabelecido neste convite e/ou no Caderno de Encargos em anexo importará a exclusão da respectiva proposta.

Com os melhores cumprimentos.

O Presidente da Câmara,
por competência própria


João Emanuel Silva Câmara



MUNICÍPIO DE PORTO MONIZ

ANEXO I

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea *a*) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP, e de acordo com o art.º 6.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁽¹⁾ ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽²⁾ se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo ⁽³⁾:

- a) ...
- b) ...

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que:

- a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de actividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respectivo processo pendente;
- b) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afecte a sua honorabilidade profissional ⁽⁴⁾ [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram condenados por qualquer crime que afecte a sua honorabilidade profissional ⁽⁵⁾] ⁽⁶⁾;
- c) Não foi objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional ⁽⁷⁾ [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional ⁽⁸⁾] ⁽⁹⁾;
- d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) ⁽¹⁰⁾;
- e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) ⁽¹¹⁾;



MUNICÍPIO DE PORTO MONIZ

- f) Não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, no artigo 45.º da Lei n.º 18/2003, de 11 de Junho, e no n.º 1 do artigo 460.º do Código dos Contratos Públicos ⁽¹²⁾;
- g) Não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 627.º do Código do Trabalho ⁽¹³⁾;
- h) Não foi objecto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão -de -obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) ⁽¹⁴⁾;
- i) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes ⁽¹⁵⁾ [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram condenados por alguns dos seguintes crimes ⁽¹⁶⁾] ⁽¹⁷⁾:
 - i) Participação em actividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Acção Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;
 - ii) Corrupção, na acepção do artigo 3.º do Acto do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3.º da Acção Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;
 - iii) Fraude, na acepção do artigo 1.º da Convenção relativa à Protecção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;
 - iv) Branqueamento de capitais, na acepção do artigo 1.º da Directiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;
- j) Não prestou, a qualquer título, directa ou indirectamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento;
- k) Cumpriu as obrigações fiscais declarativas referidas no n.º 2 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M (ou, sendo o caso, não preenche os pressupostos de incidência previstos nos artigos 16.º, 17.º e 21.º da Lei das Finanças Regionais, aprovada pela Lei Orgânica n.º 1/2007, de 17 de Fevereiro).

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra -ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.



MUNICÍPIO DE PORTO MONIZ

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 4 desta declaração.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (¹⁸)].

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas colectivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º
- (4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respectiva reabilitação.
- (5) Indicar se, entretanto, ocorreu a respectiva reabilitação.
- (6) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa colectiva.
- (7) Indicar se, entretanto, ocorreu a respectiva reabilitação.
- (8) Indicar se, entretanto, ocorreu a respectiva reabilitação.
- (9) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa colectiva.
- (10) Declarar consoante a situação.
- (11) Declarar consoante a situação.
- (12) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (13) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (14) Declarar consoante a situação.
- (15) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.
- (16) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.
- (17) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa colectiva.
- (18) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º



MUNICÍPIO DE PORTO MONIZ

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO (Apresentar um modelo para cada lote)

Proposta de Preço

..... (indicar nome, estado, profissão e morada, ou firma e sede), depois de ter tomado conhecimento do objecto do procedimento de **“Aquisição de artigos de higiene e limpeza para o Município do Porto Moniz - 2014”**, obriga-se a celebrar contrato, em conformidade com o constante no presente convite, respectivo Caderno de Encargos e demais Anexos, pelo preço total máximo estimado de (por algarismos e por extenso), para o lote.....(indicar o lote a que concorre), que não inclui o imposto sobre o valor acrescentado.

À quantia supramencionada acrescentará o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor.

Data

Assinatura



MUNICÍPIO DE PORTO MONIZ

ANEXO III

LISTAS DE PREÇOS UNITÁRIOS

(valor em euros sem IVA)

“Aquisição de artigos de higiene e limpeza para o Município do Porto Moniz - 2014”

Lote 1 – Material de Limpeza

Vassoura Espanadora Interior	50 unidades		
Vassoura Jardim Bico PVC Verde C/cabo(alta durabilidade)	12 unidades		
Vassoura Espalmada PVC C/Cabo (alta durabilidade)	10 unidades		
Esfregona Para Piso C/Cabo (alta durabilidade)	40 unidades		
Pano do Chão 65cmX65cm	24 unidades		
Pano Fibra (Multiusos)	100 unidades		
Esfregão Verde S/ Esponja	100 unidades		
Esfregão Verde C/ Esponja	30 unidades		
Esfregão Inox	50 unidades		
Cabos para Vassoura em madeira (tamanho standard)	20 unidades		
Pá do Lixo com Cabo	20 unidades		
Escovão de estrada c/ gancho de ferro (40cm)	5 unidades		
Balde de limpeza para esfregona 10 Litros	10 unidades		
Pulverizadores c/ pistola manual de 1 Litro	10 unidades		
Piaçaba Sanitário	6 unidades		
Dispensador de Sabão Líquido para as mãos	5 unidades		
Desperdício de Algodão p/ Limpeza	20 Kg		
Trapos p/ Limpeza	5 Kg		
Mopa Algodão c/banda	4 unidades		
- Franja de Algodão 40 cm·	2 unidades		
- Franja Acrílica 40 cm	2unidades		
- Rodo de Nylon p/chão 60cm	1 unidade		



MUNICÍPIO DE PORTO MONIZ

Rodo Limpa Vidros 35cm	2 unidades		
------------------------	------------	--	--

Lote 2 – Desinfectantes

Desinfectante Lixívia Normal (embalagens de 5 litros)	700 Litros		
Desinfectante Pastilha Urinol	10 Kg		
Desinfectantes Cargas para Sanita	50 Unidades		
Desinfectante/Desengordurante P/Limpeza e Eliminação de Matérias Orgânicas de Equipamentos de Recolha de Lixo	60 Litros		

Lote 3 – Detergentes

Detergente Multiusos com Aroma Floral (embalagens de 1 Litro)	700 litros		
Detergente Creme de Limpeza WC (embalagens de 1 Litro)	30 litros		
Detergente Gel Sanitário (embalagens de 1 Litro)	90 litros		
Detergente para Pavimentos de Madeira (embalagens de 1 Litro)	20 litros		
Detergente Industrial Bactericida para lavagem de automóveis (embalagens de 1 Litro)	40 litros		
Sabão Industrial para lavagem de automóveis	65 Litros		
Sabão de Loiça (embalagens de 1 Litro)	30 Litros		
Sabão barra azul (embalagens de 400gr)	10 unidades		
Produto de Limpeza ativa para alumínios e inox (embalagem de 5 litros)	20 Litros		
Detergente Cera Líquida P/ todos os pavimentos (embalagens de 1 litros)	40 Litros		
Sabão em Pó	25 Kg		
Pasta de Sabão para lavagem de Mãos (Oficina) Com pó de madeira, altamente desengordurante pH 6,7 (embalagens de 10 Kg)	2 unidades		



MUNICÍPIO DE PORTO MONIZ

Lote 4 – Insecticidas

Ambientador Spray (Neutralizador de Odores)	25 unidades de 250 ml		
Insecticida Spray	30 unidades de 600 ml		

Lote 5 – Papel

Papel Higiénico	4080 rolos de 325 gr cada rolo		
Papel Mãos Ziguezague	3600 maços medida 23X24 cm		
Papel Diverso em Rolo (multiusos tipo chaminé)	150 rolos de 900 gr cada rolo		
Sabão Líquido Creme de mãos pH (20°C): [5-6] Densidade relativa: 1.02 g/cm³ Biodegradabilidade: superior a 90%.	150 litros		

Lote 6 – Sacos

Sacos de Lixo Pretos de 50 L (rolo)	2000 unidades		
Sacos do Lixo Pretos de 80X100 (PEBD*)	1000 Kg		
Sacos do Lixo Pretos de 100X130 (PEBD*)	1000 Kg		
Saco Plástico Preto 500x500 mm	10 Kg		

* Polietileno de Baixa Densidade



MUNICÍPIO DE PORTO MONIZ

Lote 7 – Luvas

Luva Doméstica (Tamanho “M”)	60 unidades		
Luva Doméstica (Tamanho “L”)	60 unidades		
Luva Látex (Tamanho “M”)	1000 unidades		
Luva Látex (Tamanho “L”)	5000 unidades		

Lote 8 – Hipoclorito de Sódio

Hipoclorito de Sódio (Cloro ativo: 12 a 15%) (embalagens de 75 kg cada) *	150		
---------------------------------------------------------------------------	-----	--	--

*PROPRIEDADE FÍSICAS E QUÍMICAS E FICHAS DE SEGURANÇA

Hipoclorito de Sódio – concentração (12 a 15% Cl activo)

Cheiro: Acre a lixívia.

Densidade a 20°C: >1,2

Solubilidade: Em Água (em qualquer proporção), Etanol ou Acetona.

Concentração em cloro activo: > 13%(m/m)

Alcalinidade livre: > 8 g/l de NaOH

Fornecer conjuntamente com o bem: Ficha de Segurança conforme Regulamento CE 1907/2006



MUNICÍPIO DE PORTO MONIZ

ANEXO IV

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos e o n.º 1 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de Agosto]

(nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2):

Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;

Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (3) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (4)] (5);

- a) Não tenham sido objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto -Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do presente Código, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória ⁽⁶⁾;
- b) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 625.º do Código do Trabalho ⁽⁷⁾;
- c) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) ⁽⁸⁾;
- d) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

1. O declarante junta em anexo [ou indica como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados ⁽⁹⁾] os documentos comprovativos de que a sua representada ⁽¹⁰⁾ não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos e **(quando aplicável) os**



MUNICÍPIO DE PORTO MONIZ

documentos comprovativos de que cumpriu as obrigações fiscais declarativas cujo conteúdo assume interesse específico para a Região Autónoma da Madeira referidos no n.º 2 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de Agosto.

2. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura ⁽¹¹⁾].

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (5) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (6) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (7) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (8) Declarar consoante a situação.
- (9) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.
- (10) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (11) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 55.º.



MUNICÍPIO DE PORTO MONIZ

ANEXO V

(a que se refere o n.º 5 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na redação dada pelo Decreto Legislativo Regional n.º 28/2013/M, de 6 de agosto)

Modelo de declaração (caso aplicável)

(nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁽¹⁾... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, para efeitos do disposto no n.º 5 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na redação dada pelo Decreto Legislativo Regional n.º 28/2013/M, de 6 de agosto, que a sua representada ⁽²⁾ não está legalmente obrigada ao cumprimento da(s) seguinte(s) obrigação(ões) declarativa(s) relativa(s) a rendimentos gerados no território da Região Autónoma da Madeira, em relação ao último exercício económico: simplificada (IES) do último exercício económico disponível. ⁽³⁾

- Declaração de rendimentos (modelo 3 ou modelo 22, este último acompanhado do Anexo C, se for o caso) do último exercício económico disponível; ⁽³⁾
- Declaração de rendimentos e retenções de residentes (modelo n.º 10) do último exercício económico disponível; ⁽³⁾
- Anexo Q da informação empresarial simplificada (IES) do último exercício económico disponível. ⁽³⁾
... (local),... (data),... [assinatura ⁽⁴⁾].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Seleccionar as obrigações declarativas fiscais regionais (RAM) a que o adjudicatário não se encontra legalmente obrigado.